



Uma saída hábil

10 MAR 1987

Toma força em todo o País o protesto dos mini, pequenos e médios empresários contra as elevadas taxas de juros praticadas no mercado financeiro. Trata-se de uma reação natural e perfeitamente justificável, uma vez que os custos do dinheiro já não podem, atualmente, ser absorvidos nas operações desses segmentos do sistema econômico. Com efeito, taxas de juros acima dos oito-centos por cento, em vigor há algum tempo, tornam inviáveis todas as operações comerciais, seja em razão da obtenção de capital de giro, seja em função do financiamento do consumidor, mediante vendas a prazo.

As grandes empresas ficam, em sua maioria, a salvo da ciranda dos juros, porque em regra estão associadas a sociedades financeiras ou bancos — ou dispõem de poupanças próprias, sempre atualizadas por meio de aplicações no mercado financeiro. São as demais empresas o alvo destruidor do aumento catastrófico dos juros, uma vez que não podem conseguir capital de giro senão mediante operações bancárias.

Põe-se, assim, em evidência a necessidade de uma medida urgente que possa compatibilizar a irrigação de crédito nesse setor sem afetar a rentabilidade dos bancos, principalmente o Banco do Brasil, que é a maior agência de crédito e financiamento do País. A sobrevivência dessas empresas, cuja importância foi reconhecida até em uma legislação especial de proteção, é fundamental

para a estabilidade econômica e sustentação de um clima de tranquilidade social.

Calcula-se que pelo menos vinte por cento da força de trabalho militam nas mini, pequenas e médias empresas. E devem gerar igual percentual de produtos e serviços, alguns de capital importância para o bem-estar social de contingentes expressivos da sociedade.

Parece não restar a menor dúvida de que o Governo, assim como a liderança privada, tem plena consciência dessa realidade, até porque, no âmbito do Executivo, já funciona um órgão específico de controle e ajuda às empresas daquelas categorias. Não há o que discutir, pois, quanto ao convencimento na área oficial sobre a contribuição do setor, em termos econômicos e sociais, e em relação à necessidade de socorrê-lo.

Até mesmo o presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, reconhece a procedência do clamor que se ergue das mini, pequenas e médias empresas, aterrorizadas pelo fantasma dos juros altos. Tanto é que acaba de submeter ao ministro da Fazenda interino, Luiz Gonzaga Beluzzo, proposta para atendimento das necessidades de crédito dessas empresas a juros de dez por cento ao ano, mais a correção calculada sobre as variações das OTNs.

Segundo entendimento do presidente do BB, a situação poderia ser plenamente reposta no leito da normalidade pela adjudicação às linhas de crédito do banco de 12 bi-

lhões de cruzados do PIS/Pasep e de 8 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico. A totalidade desses recursos seria suficiente para reverter o quadro de desequilíbrio atual, com a vantagem de não criar fatores de turbulência inflacionária.

Embora não se possa, sem o conhecimento detalhado do mérito dessa proposta, ajuizar sobre a qualidade da solução aviltada, parece que se trata de uma saída hábil para o problema. A única ressalva que se pode fazer, nas circunstâncias, é a de que esses recursos sejam remunerados na mesma proporção, isto é, em condições de preservá-los dos efeitos da inflação, com o acréscimo de juros razoáveis.

Tal ressalva se impõe porque as disponibilidades previstas na alternativa esposada pelo presidente do BB pertencem aos trabalhadores brasileiros, no que se refere aos encaixes do PIS/Pasep, e da sociedade em geral, em relação ao Fundo de Desenvolvimento, cujos ativos foram criados pelo empréstimo compulsório sobre combustíveis, câmbio do dólar para viagens e tarifas de passagens aéreas internacionais.

O importante é que se encontre o mais rapidamente possível uma solução para o problema. Qualquer retardamento poderá ser fatal à sobrevivência de grande parte dessas empresas, o que seria de uma triste ironia: o Governo possuiria uma fórmula de evitar a tragédia, mas só se revelaria capaz de aplicá-la depois de nada mais adiantar.